

DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da 14ª Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia - COMMARESV, realizada no dia 03/11/2025.

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, no Plenário Adriano Jorge da Câmara Municipal de Manaus (CMM), realizou-se Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia (COMMARESV), sob a presidência do vereador José Ricardo (PT), em atendimento ao Requerimento Legislativo nº 13015/2025, de autoria do mesmo vereador, com o objetivo de fomentar o debate sobre a Política de Resíduos Sólidos e a destinação do lixo na cidade de Manaus. A mesa foi composta pelo Dr. Rafael Feres, Procurador do Ministério Público do Trabalho; pelo Dr. Carlos Sérgio Edward de Freitas, Procurador do Ministério Público do Estado do Amazonas; pelo Dr. Rui Marcelo de Alencar, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; pela senhora Gleciene Silva Ferreira, representante da Associação Filhas de Guadalupe; pela senhora MitikoTakahashi, da Associação Cultural Sol Nascente; e pela senhora Rosa Liciane Munhóis, da Associação de Moradores e Produtores Rurais do KM 19. O vereador José Ricardo abriu a audiência destacando que seu gabinete tem recebido diversas denúncias sobre a grande quantidade de lixo espalhado pelas ruas da cidade e questionamentos sobre a ausência de políticas eficazes da Prefeitura de Manaus no cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O vereador ressaltou ainda que a audiência também serviria para esclarecer questões relacionadas à implantação de um novo aterro sanitário, e à prática recorrente de se depositar resíduos nos canteiros centrais das avenidas, espaços originalmente destinados à arborização. Em seguida, o vereador concedeu a palavra ao Dr. Rafael Feres, procurador do Ministério Público do Trabalho, que enfatizou a relevância da questão dos resíduos sólidos, popularmente conhecidos como lixo, por envolver vultosos recursos públicos e exigir uma gestão transparente e eficiente. Ressaltou que não se pode falar em política pública de qualidade sem o efetivo envolvimento do poder público, em especial da administração municipal, responsável pela execução orçamentária e pelas ações de limpeza urbana. Lamentou ainda a ausência de representantes do Poder Executivo Municipal, destacando que não era a primeira vez que o órgão se omitia em participar de

DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

debates públicos sobre o tema. Em seguida, o Dr. Carlos Sérgio Edward de Freitas, representando o Ministério Público do Estado do Amazonas, parabenizou a iniciativa do vereador José Ricardo e ressaltou que a audiência pública é um instrumento legítimo de participação popular. Destacou que a problemática dos resíduos sólidos afeta toda a sociedade e deve ser enfrentada de forma integrada, envolvendo educação ambiental, conscientização, participação dos catadores e formulação de políticas públicas eficazes. Ressaltou ainda a importância de inserir o tema da reciclagem e da logística reversa na cadeia produtiva, de modo a reduzir os impactos ambientais e sociais. Na sequência, o Dr. Rui Marcelo de Alencar, procurador do Ministério Público de Contas, destacou que o órgão acompanha a questão dos resíduos sólidos desde 2019, quando foi criado o Fórum Amazonense de Logística Reversa, com o objetivo de promover o diálogo entre os diversos atores envolvidos e estimular a economia circular. Ressaltou que, apesar da legislação avançada, a cidade de Manaus ainda possui índices muito baixos de coleta seletiva e reciclagem, manifestando solidariedade ao movimento dos catadores, que frequentemente atuam em condições precárias e sem o devido respaldo do poder público. A senhora Gleciene Silva Ferreira, da Associação Filhas de Guadalupe, relatou as dificuldades enfrentadas pelos catadores nos galpões de triagem, onde, apesar de algumas melhorias recentes, ainda faltam condições dignas de trabalho e equipamentos de proteção individual (EPIs). Denunciou que muitos trabalhadores manuseiam resíduos sem qualquer segurança, ficando expostos a riscos à saúde e à contaminação. Defendeu investimentos em educação ambiental e criticou a falta de valorização dos trabalhadores da reciclagem. Em seguida, a senhora Mitiko Takahashi, da Associação Cultural Sol Nascente, relatou a situação vivida pelos moradores de Iranduba, onde se pretende instalar um aterro sanitário próximo a residências e áreas de produção rural. Ela alertou que o empreendimento, apresentado como aterro sanitário, na prática se configura como um lixão a céu aberto. Contou a história de sua família, imigrante japonesa e produtora rural há mais de cinquenta anos na região, que agora se vê ameaçada de remoção. Reivindicou respeito às leis ambientais e às comunidades locais, ressaltando que a educação ambiental começa dentro de casa e deve ser reforçada pelas políticas públicas. O vereador José Ricardo interveio para contextualizar que as falas das senhoras Rosa e Mitiko refletem a mobilização dos moradores de Iranduba contra a implantação de um aterro privado, que tem como objetivo receber resíduos da capital, Manaus, sem o devido estudo de impacto ambiental e sem participação da população local. O Frei Paulo Xavier, representando a Igreja Católica e a Arquidiocese de Manaus, fez referência à encíclica Laudato Si, do Papa Francisco, destacando a importância do cuidado com a “casa comum” e da ecologia integral, que relaciona fé, espiritualidade e responsabilidade ambiental. O professor Ademir

DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ramos, da Universidade Federal do Amazonas, criticou a falta de transparência e controle social sobre a ampliação do aterro sanitário de Manaus, que, segundo ele, opera sem licenciamento adequado e representa um risco à saúde pública e ao meio ambiente. Afirmou que o chamado “novo aterro” não passa de uma extensão do antigo lixão, gerando passivos ambientais e colocando em risco famílias do entorno. Em seguida, o senhor Francisco Pinheiro Lira, do Fórum das Águas, afirmou que “Manaus está uma lixeira a céu aberto” e cobrou soluções concretas da Prefeitura. O Dr. Rui Marcelo de Alencar respondeu, esclarecendo que o Ministério Público de Contas tem acompanhado a questão e que existe um termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado com a Prefeitura, prorrogando a operação do atual aterro até 2028, prazo durante o qual o município deve apresentar uma alternativa definitiva e sustentável. O senhor Carlos Alberto, presidente do CDS Crespo, criticou a falta de fiscalização e de ações efetivas da Prefeitura, relatando que já houve diversas penalizações judiciais sem resultados práticos. Denunciou o descaso com os igarapés da cidade, que continuam sendo transformados em esgotos a céu aberto. O professor Aniceto Barroso, de Iranduba, relatou o sentimento de frustração da comunidade local após decisões contraditórias do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), que inicialmente havia suspendido o aterro, mas posteriormente concedeu licença temporária de seis anos, favorecendo o empreendimento privado. Alertou para os riscos de contaminação dos rios Negro e Solimões caso haja vazamento de chorume. O senhor Raimundo Nonato, presidente do Instituto Social para Educação Ambiental e Sustentabilidade do Igarapé do 40, relatou os impactos do saneamento inadequado dos igarapés e da poluição dos recursos hídricos de Manaus. Defendeu a inclusão da educação ambiental como disciplina obrigatória nas escolas e a valorização das comunidades ribeirinhas. O jornalista Osmir Medeiros destacou que a cidade de Manaus exporta lixo para municípios vizinhos, como o Careiro da Várzea, sem que haja fiscalização ou controle ambiental adequado. O senhor Paulo César Souza, do projeto Star Depósito Verde, apresentou proposta de logística reversa voltada à coleta seletiva, à inclusão dos catadores e à criação de coletoras inteligentes produzidas em Manaus. Defendeu que a Prefeitura e as empresas do Polo Industrial apoiem iniciativas locais e utilizem parte de seus recursos de responsabilidade socioambiental (ESG) para financiar essas ações. O vereador José Ricardo parabenizou a iniciativa, mas criticou a ausência de vontade política do Executivo em implementar soluções permanentes, mantendo há décadas o mesmo modelo de gestão e as mesmas empresas contratadas. Em seguida, o senhor Eduardo Figueira defendeu a criação de pátios de compostagem em Manaus e denunciou o desperdício de biomassa que poderia ser convertida em adubo orgânico. A catadora Andreia Soares, representante da Rede Recal e da Associação de Catadores Ascarmã, relatou as precárias condições

DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

de trabalho dos catadores e a falta de diálogo do poder público. Denunciou despejos, ausência de EPIs e exclusão dos catadores das discussões sobre logística reversa, mesmo com a existência de legislação que garante sua participação. O senhor Hamilton Leão, do Instituto IACI, apresentou dados orçamentários indicando que o município gastou mais de R\$ 470 milhões em 2024 com coleta e destinação final de resíduos, além de R\$ 5,9 milhões com educação ambiental, valores que, segundo ele, não se refletem em resultados concretos. Propôs a criação de um fórum permanente sobre resíduos sólidos e a adoção de uma lei municipal de pagamento por serviços ambientais. O professor Alcebiades Oliveira sugeriu a formação de um grupo de estudos permanente, com a participação da sociedade civil, pesquisadores e catadores, para aprofundar o debate e encaminhar propostas concretas ao poder público. O vereador José Ricardo elogiou a proposta e afirmou que as contribuições seriam encaminhadas como indicações ao Executivo Municipal. Por fim, o senhor Miguel Klauck, representando moradores de Iranduba, agradeceu o apoio da Comissão e denunciou a tentativa de implantação de um aterro privado pela empresa Norte Ambiental, que ameaça mais de trinta mil famílias na região. Afirmou que a população local continuará mobilizada e cobrou posicionamento das autoridades municipais e estaduais. O vereador José Ricardo agradeceu a presença de todos, reiterou que a audiência pública foi aprovada pelo plenário da Câmara e destacou que o Poder Executivo tinha obrigação de participar para prestar esclarecimentos. Informou que o relatório da audiência será encaminhado aos vereadores e órgãos competentes para as devidas providências. Nada mais havendo a tratar, o vereador José Ricardo agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência às dezesseis horas. E, para constar, eu, Liege Albuquerque, Redatora, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo vereador presente.



José Ricardo (PT)

Vereador Membro da COMMARESV